

## As pesquisas sobre diversidade étnico-racial no ensino médio em teses e dissertações no sul do Brasil

DOI: <https://doi.org/10.33871/23594381.2025.23.3.10100>

Leonel Luiz dos Santos<sup>1</sup>, Cíntia Régia Rodrigues<sup>2</sup>

**Resumo:** O texto apresenta os resultados de uma pesquisa bibliográfica sobre a relação entre diversidade étnico-racial, sob a luz da implementação da Lei 10.639/2003 no Ensino Médio do sul do Brasil. O objetivo é analisar como as teses e dissertações defendidas entre 2014 e 2024, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), abordam essas temáticas. A pergunta que norteia o artigo é: de que forma se aborda a questão da diversidade étnico-racial em instituições de Ensino Médio, conforme teses e dissertações nos últimos 10 anos? A pesquisa seguiu o método da pesquisa bibliográfica, utilizando os descritores “Ensino Médio”, “Lei 10.639/03”, “diversidade étnico-racial”, “Paraná”, “Santa Catarina” e “Rio Grande do Sul.” Os resultados indicam que, de um total de 8 dissertações encontradas, 6 foram defendidas no Paraná e 2 no Rio Grande do Sul, sem registros de pesquisas no estado de Santa Catarina. Embora nenhuma tese tenha sido localizada, as dissertações oferecem importantes contribuições para o debate sobre relações étnico-raciais no contexto escolar, variando em objetivos e métodos. As considerações finais apontam para avanços na formação crítica dos alunos, material didático, equipe escolar e combate ao racismo, mas também revelam a persistência de estereótipos e a necessidade de maior investimento em políticas públicas para uma implementação mais eficaz da Lei 10.639/03.

**Palavras-chaves:** Educação das relações étnico-raciais, Ensino médio, Escola.

## Research on ethnic-racial diversity in high school in theses and dissertations in Southern Brazil

**Abstract:** The text presents the results of a bibliographic research on the relationship between ethnic-racial diversity, in light of the implementation of Law 10.639/2003 in high school education in southern Brazil. The objective is to analyze how the theses and dissertations defended between 2014 and 2024 in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) address these topics. The guiding question of the article is: how is the issue of ethnic-racial diversity in high school education in southern Brazil addressed in theses and dissertations over the past 10 years? The research uses a bibliographic approach, utilizing the descriptors “High School,” “Law 10.639/03,” “ethnic-racial diversity,” “Paraná,” “Santa Catarina,” and “Rio Grande do Sul.” The results show that, out of a total of 8 dissertations found, 6 were defended in Paraná and 2 in Rio Grande do Sul, with no research recorded from the state of Santa Catarina. Although no theses were located, the dissertations offer important contributions to the debate on ethnic-racial relations in the school context, varying in objectives and methods. The final considerations point to advances in students' critical training, teaching materials, school staff, and the fight against racism, but also reveal the persistence of stereotypes and the need for greater investment in public policies for more effective implementation of Law 10.639/03.

**Keywords:** Ethnic-Racial Relations Education, High School, School.

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-9879-0652>, e-mail: [lleonel.luiz@gmail.com](mailto:lleonel.luiz@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em História pela Universidade Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3319-3702>, e-mail: [crrodrigues@furb.br](mailto:crrodrigues@furb.br).

## Introdução

O contexto histórico da formação da sociedade brasileira é essencial para compreender as questões raciais que ainda permeiam nossas instituições, especialmente na área da educação. O Brasil foi moldado por um sistema colonial escravocrata, que, ao longo de mais de 300 anos, consolidou o conceito de "raça" como forma de justificar a hierarquia e a dominação social. Conforme destacado por estudiosos, a exemplo de Sérgio Buarque de Holanda (1995) e Caio Prado Júnior (1981), a estrutura agrária e econômica do Brasil se baseou na grande propriedade, monocultura e trabalho escravo, o que configurou relações sociais racistas ao longo de nossa história.

Mesmo após a abolição da escravização em 1888, o racismo se manteve de diversas formas, especialmente pela marginalização dos negros e indígenas no sistema educacional brasileiro. Como discutido por Quijano (2005), a noção de "raça" se consolidou nas Américas como uma justificativa para a dominação colonial, o que ainda impacta as relações sociais e educacionais no país. O racismo pode ser definido da seguinte forma:

Por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de idéias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira (Gomes, 2005, p. 52).

Historicamente, o racismo se reproduz também na educação. Conforme Souza e Oliveira (2016), no período pós-abolição, com a Proclamação da República e sua constituição de 1891, o racismo se expressou sob a forma de marginalização dos negros, uma vez que a nova sociedade não buscava promover a inclusão social ou oferecer oportunidades de ascensão para os ex-escravizados e seus descendentes. Mesmo com o surgimento do movimento escolanovista, nos anos 1930, liderado por intelectuais como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, que propunham uma escola pública e laica, as questões étnico-raciais permaneciam à margem das discussões educacionais.

Paralelamente, associações afro-brasileiras – como a Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em 1931 – buscaram alternativas para a inclusão da população negra no sistema educacional. A FNB, além de atuar em áreas culturais e assistencialistas, desenvolveu práticas educativas voltadas para a população negra, criando sua própria

escola. Essa organização simbolizava a luta dos afro-brasileiros por uma educação que pudesse oferecer um caminho de ascensão social e política. Contudo, o regime do Estado Novo (1937-1945) de Getúlio Vargas desarticulou movimentos como a FNB, interrompendo temporariamente o processo de organização negra em torno da educação. Nesse período, a segregação educacional ainda era evidente, já que o projeto de educação regido pelo Estado ignorava as demandas étnico-raciais.

Ademais, segundo Souza e Oliveira (2016), a partir dos anos 1980, o país passou por intensas reflexões, marcadas pelo surgimento de novos movimentos sociais que se tornaram protagonistas nas lutas por transformação social. Impulsionados por um discurso reivindicativo, esses movimentos trouxeram à tona novos grupos que clamavam por mudanças, especialmente na educação, mesmo diante do resquício do regime militar que ainda pairava sobre o imaginário nacional. Em 1983, já no início da redemocratização, Abdias Nascimento, uma figura respeitada no Movimento Negro, apresentou um projeto de lei que visava a implementação de ações afirmativas. Ele propunha, por exemplo, a reserva de vagas para negros no serviço público e a introdução da história e cultura africanas no sistema de ensino. Esse foi um marco, pois pela primeira vez o parlamento brasileiro discutiu a educação em conexão à luta contra o racismo.

Em 1988, ano da promulgação da nova Constituição, o Movimento Negro planejou manifestações que denunciavam a “farsa da abolição” e, assim, a discussão sobre educação emergiu como uma das bandeiras centrais das reivindicações. O debate em torno da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) ganhou força, tornando-se uma pauta nacional impulsionada por diversos movimentos sociais. A participação da sociedade civil, incluindo as organizações representativas dos trabalhadores da educação, foi essencial para consolidar essa discussão, culminando na inclusão de um caráter pluriétnico na Constituição de 1988:

215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. § 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais (Brasil, 1988).

Outro avanço para a educação brasileira foi a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996), já que, “nos 92 artigos, que versam sobre os mais diversos temas da educação brasileira, desde o ensino infantil até o ensino

superior, trata-se da mais importante lei brasileira a definir o papel social da educação” (Souza; Oliveira, 2016, p. 456). Apesar de representar uma evolução, a LDB ainda não contemplava temas envolvendo a população negra. Somente em 2003, com a aprovação da Lei 10.639/2003 (Brasil, 2003), a LDB foi alterada para tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Essa mudança representa um marco na luta pela inclusão da história e cultura negra no currículo escolar, refletindo uma tentativa de corrigir séculos de invisibilidade e marginalização dos negros na educação brasileira. Essa lei assume grande importância para o Movimento Negro:

A Lei nº 10.639/03 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) e pode ser considerada uma reivindicação do Movimento Negro e de organismos da sociedade civil, de educadores e intelectuais comprometidos com a luta antirracista. Pode também ser entendida como uma resposta do Estado às demandas em prol de uma educação democrática, que considere o direito à diversidade étnico-racial como um dos pilares pedagógicos do país, especialmente quando se consideram a proporção significativa de negros na composição da população brasileira e o discurso social que apela para a riqueza dessa presença (Gomes, 2012, p.19).

No ano seguinte à implementação da Lei nº 10.639/03, destaca-se a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER), que visam oferecer uma resposta “na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade” (Brasil, 2004). Trata-se de um documento importante para repensar o currículo eurocêntrico de matriz colonial, que invisibilizou por séculos a cultura e a história afro-brasileira. Ainda partindo do pensamento de Nilma Lino Gomes (2012, p. 102):

Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciemos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos.

### **Fundamentação teórica**

O referencial teórico deste trabalho apoia-se principalmente nas contribuições de Nilma Lino Gomes (2005; 2012), Aníbal Quijano (2005) e Sueli Carneiro (2011) para

compreender as raízes e os desdobramentos do racismo na educação brasileira. Gomes (2012) enfatiza a urgência de descolonizar os currículos escolares, historicamente moldados por uma epistemologia eurocêntrica que invisibiliza as culturas afro-brasileira e indígena. A autora destaca que a implementação de políticas, como a Lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER), é essencial para valorizar a pluralidade cultural e combater as desigualdades raciais nas escolas. Quijano (2005), por sua vez, contribui com o conceito de colonialidade, explicando como as hierarquias de poder estabelecidas durante o colonialismo continuam a marginalizar populações negras e indígenas, mantendo uma lógica de dominação que ainda se reflete na resistência a mudanças educacionais. Sueli Carneiro (2005) complementa esse entendimento ao defender que a superação do racismo estrutural requer tanto a transformação das estruturas sociais quanto a ruptura com ideologias excludentes que marginalizam a população negra. Assim, o referencial teórico fundamenta-se na intersecção entre a luta pela descolonização do saber, a crítica à colonialidade e a valorização das culturas historicamente marginalizadas, ressaltando a educação como espaço de resistência e transformação social.

## **Metodologia**

A partir da discussão em torno de questões étnico-raciais e educação, este artigo tem como objetivo desenvolver uma pesquisa bibliográfica de teses e dissertações que abordam a temática da diversidade étnico-racial nas instituições de Ensino Médio na região sul do Brasil. A pesquisa foi realizada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), justificando a escolha do método bibliográfico por “permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (Gil, 2002, p. 45).

Além disso, a pesquisa bibliográfica possibilita um aprofundamento sobre o tema a partir de material previamente elaborado, como livros, artigos científicos, teses e dissertações. De acordo com Gil (2002), essa abordagem é especialmente adequada para estudos que analisam diferentes perspectivas e ideologias sobre temas complexos, como é o caso da diversidade étnico-racial, pois permite um levantamento abrangente e fundamentado das produções acadêmicas existentes. Desse modo, torna-se possível ampliar a perspectiva das abordagens e contribuições acerca da temática no Ensino

Médio, facilitando a identificação de tendências e lacunas na implementação de práticas educacionais voltadas à diversidade étnico-racial.

Os descritores utilizados foram “Ensino Médio”, “Lei 10.639/03” e o respectivo estado da região. Na segunda pesquisa, foi utilizado o descritor “diversidade étnico-racial” no lugar do estado, não havendo nenhum resultado novo. Portanto, o *corpus* foi constituído por 8 pesquisas, todas na área da educação, conforme indica a Tabela 1 a seguir. Foram descartadas as pesquisas que não envolviam o Ensino Médio, que não tratavam sobre o tema ou que não foram pesquisadas na região sul.

**Tabela 1:** Total de dissertações na região sul

IES	Estado	Quantidade
UEPG	PR	2
UFPR	PR	2
UEL	PR	1
UNIOESTE	PR	1
PUCRS	RS	1
UFRGS	RS	1
<b>TOTAL DE DISSERTAÇÕES</b>	8	

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Na sequência, o Quadro 1 exibe as dissertações que formam o *corpus* da análise bibliográfica. Os trabalhos foram numerados de 1 a 8 e identificados com a letra D (dissertação), seguida do número e do estado onde foram desenvolvidos, por exemplo: [D1 PR] para designar dissertação 1, realizada no estado do Paraná. Essa codificação foi elaborada a fim de simplificar a análise posterior dos dados e será utilizada ao longo deste texto.

**Quadro 1:** Total de dissertações na região sul

	Nº	Título	Autor(a)	Ano	Orientador(a)	Instituição

PARANÁ	<b>D1 PR</b>	Lei 10.639/03: o que os alunos do 1º ano do ensino médio sabem sobre a história africana e afro-brasileira?	Rúbia Caroline Janz	2016	Dr. Luis Fernando Cerri	UEPG
	<b>D2 PR</b>	“Tudo que eu achava que era uma coisa, na verdade era algo muito mais complexo”: o ensino de História, a Lei 10.639/03 e a formação do pensamento histórico de jovens estudantes	Eloá Lamim da Gama	2021	Drª Marlene Rosa Cainelli	UEL
	<b>D3 PR</b>	Construção das identidades sociais de raça com intersecção de classe nos livros didáticos de inglês do ensino médio aprovados pelos PNLDs 2012 e 2015	Lilian Paula de Dambrós	2016	Drª Aparecida Jesus Ferreira.	UEPG
	<b>D4 PR</b>	Relações étnico-raciais na Abya Yala/América Latina: análise dialógica de um livro didático de espanhol para ensino médio	Sarah Pimentel Palacio Garcia	2021	Dr.ª Ana Paula Marques Beato- Canato	UFPR
	<b>D5 PR</b>	Discriminação e exclusão racial envolvendo estudantes negros: compreensão de professores de colégio público e privado	Clodoaldo Reis Azarias	2023	Drª Elis Maria Teixeira Palma Priotto	UNIOESTE

	<b>D6 PR</b>	A equipe multidisciplinar do Colégio Estadual Tatuquara: uma análise em políticas públicas e relações étnico-raciais	Maristela Carlos	2022	Dr <sup>a</sup> Marisete Teresinha Hoffmann-Horochovski	UFPR
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>D7 RS</b>	Currículo e identidades étnico-raciais: desafios na implementação da Lei 10.639/03 no ensino médio da EJA em Alvorada/RS	Ana Barcelos da Rosa	2017	Dr <sup>a</sup> Mônica de la Fare	PUCRS
	<b>D8 RS</b>	Um galho na árvore da música negra: movimento Hip Hop e Rap no ensino de história e nas relações étnico-raciais da educação básica	Laura Ferrari Montemezzo	2018	Dr. José Rivair Macedo	UFRGS

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

## Resultados e Discussão

A partir da leitura dos resumos das pesquisas, buscou-se compreender os objetivos, métodos e referenciais teóricos das respectivas dissertações. Quando ausentes nos resumos, os objetivos foram procurados ao longo do texto.

A pesquisa [D1PR] tem como finalidade levantar dados a partir de um questionário semiestruturado, aplicado com alunos do 1º ano do Ensino Médio de quatro escolas da cidade de Ponta Grossa, no Paraná, considerando a pergunta norteadora: “O que os alunos do 1º ano do Ensino Médio sabem sobre História e Cultura Afro-brasileira e Africana? Que representações eles constroem acerca do continente africano, das suas culturas e dos seus povos?”. Como metodologia, foi aplicado um questionário semiestruturado baseado majoritariamente na escala de Likert de 5 pontos: “Concordo totalmente”, “Concordo”, “Não sei”, “Discordo” e “Discordo totalmente”. O referencial teórico consistiu na Teoria das Representações Sociais, de Sergé Moscovici, e no conceito de Consciência Histórica, de Jörn Rüsen.

A pesquisa [D2PR] tem como objetivo analisar o pensamento histórico de estudantes do terceiro ano do Ensino Médio de escolas públicas, situadas no norte do

estado do Paraná, acerca da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. O estudo utiliza como metodologia as premissas da *Grounded Theory*, ou Teoria Fundamentada. Em termos teóricos, baseia-se no conceito de conteúdos substantivos de Peter Lee (2001) e da Teoria da Consciência Histórica, proposta por Jörn Rüsen (2006; 2010; 2015). A fim de abordar as dimensões históricas do racismo e da raça, a pesquisa emprega interpretações de Carlos Moore (2007) e Francisco Bethencourt (2017), bem como o conceito de racismo estrutural na perspectiva de Silvio Almeida (2019) para versar a respeito da incidência do racismo no espaço escolar. Com o propósito de explorar a atuação política do Movimento Negro na implementação das políticas públicas educacionais evidenciadas, a dissertação se apropria das teses postuladas por Nilma Lino Gomes (2017) e Marcos Cardoso (2011).

A pesquisa [D3PR] busca analisar quatro coleções do PNLD, ano de 2012 do Ensino Médio, além de mais três coleções do PNLD, ano de 2015 também do Ensino Médio, com o intuito de entender como as identidades sociais de raça, com intersecção de classe, são representadas nesses livros didáticos por meio dos discursos e dos multiletramentos. Os aportes teóricos que serviram de fundamentação teórico-metodológica foram respaldados em uma revisão de literatura dos estudos que abordam os livros didáticos, a exemplo de Ferreira (2012) e Barros (2013). A respeito dos letramentos e multiletramentos, a discussão toma por base os estudos de Kleiman (1995; 2005), Kalantzis e Cope (2008) e Street (2014). Para debater representação e identidade, foram utilizados os conceitos de Hall (2000), Bauman (2005) e Block (2006). A pesquisa também pretende refletir sobre as políticas linguísticas e educacionais, tais como PCN-LE (Brasil, 1998), OCEM-LE (2006), DCE-LE (Paraná, 2008), considerando ainda o PNLD (Brasil, 2012) e a Lei Federal 10.639/03 (Brasil, 2004). Quanto à metodologia, foi utilizada a análise documental das políticas linguísticas e educacionais, além da análise dos discursos escritos e imagens produzidas nos livros didáticos de língua inglesa, de acordo com Moita Lopes (1996), Ferreira (2014), Herbele (2004), Wodak (2004) e Rojo (2009, 2012), conforme a concepção dos multiletramentos. Também foi utilizada a análise crítica do discurso, de acordo com Van Dijk (2012).

Na pesquisa [D4PR], a autora partiu da análise de livro didático para construir entendimentos possíveis acerca dos discursos envolvendo as relações étnico-raciais, que atravessam os conteúdos da coleção *Sentidos en lengua española* (Freitas; Costa, 2016), em diálogo com suas autoras. Partindo do campo da Linguística Aplicada Indisciplinar e Transgressiva (Moita Lopes, 2006; Pennycook, 2006), essa pesquisa se apoia nas

concepções de linguagem de Bakhtin e seu Círculo, entendendo-a como um construto social, ideológico e historicamente marcado (Bakhtin, 2011; 2015; Volóchinov, [1929] 2018). Desse modo, o referido trabalho se constitui como uma análise pautada pela pesquisa qualitativa interpretativista, buscando respaldo metodológico na Análise Dialógica do Discurso, proposta por linguistas à luz da perspectiva bakhtiniana.

Por sua vez, a pesquisa [D5PR] busca investigar a compreensão dos professores sobre a violência racial envolvendo o estudante negro no ambiente escolar da rede Estadual e Privada, no contexto do Ensino Fundamental II e Médio de Foz do Iguaçu/PR. Para isso, foi utilizada a metodologia de estudo descritivo, exploratório e de natureza qualitativa, em colégios da rede pública e privada, com professores do Ensino Fundamental II e Ensino Médio de Foz do Iguaçu. Então, a aplicação da pesquisa contou com entrevista semiestruturada e análise descritiva. No texto, destaca-se que o racismo é compreendido pelo discurso de poder, por meio do qual estabelece uma relação assimétrica entre as raças (Santos; Silva, 2018, p. 14). A ideia de raça é a representação de seres humanos como algo que designa linhagem e tipos sociais (Moreira, et al. 2022, p.116). Para os autores da dissertação, o racismo deve ser entendido como uma forma de dominação que assume diferentes manifestações, em diferentes sociedades e em diferentes momentos históricos.

A pesquisa [D6PR] se centralizou na mediação pedagógica feita pelos docentes do Ensino Médio sobre os conteúdos referentes à Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER). O estudo teve como base a atuação da Equipe Multidisciplinar de 2019 do Colégio Estadual Tatuquara, localizado na periferia da cidade de Curitiba-PR. Como amparo teórico e conceitual, essa investigação recorreu às reflexões e análises do campo das políticas públicas, das questões étnico-raciais e culturais no campo educacional, além da revisão de leis e diretrizes nacionais e estaduais que contemplam a ERER. Para desenvolvimento do trabalho, foi escolhido o método de pesquisa de tipo qualitativa, através da participação observante da pesquisadora em campo e da descrição tanto do planejamento quanto das ações dos docentes junto aos jovens estudantes, sob o amparo legal da Equipe Multidisciplinar da instituição.

O trabalho [D7RS] tem por objetivo problematizar a implementação da Lei Federal 10.639/03 no currículo escolar da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Alvorada/RS, com base na construção de identidades étnico-raciais dos educandos a partir da percepção dos interlocutores da pesquisa. Em termos metodológicos, esse trabalho prioriza a construção de dados qualitativos e quantitativos,

combinando o uso de questionário aos educandos com a realização de entrevistas semiestruturadas a educadores, educandos e equipe diretiva da escola estudada. Os referenciais teóricos da pesquisa incluem Nilma Lino Gomes (2012) e Munanga (2003) para discutir os conceitos de raça, racismo e educação para as relações étnico-raciais; além de Hall (2005) para discutir as identidades como processos inacabados em constante formação.

A dissertação [D8RS] teve uma grande quantidade de objetivos elencados no seu resumo, sendo eles: 1) pensar em conjunto com os estudantes em que medida as relações sociais atuais do Brasil são fruto do processo de escravização do povo negro ao longo da história; 2) desenvolver com os estudantes noções sobre rupturas e permanências nos processos históricos; 3) identificar o racismo cotidiano na escola e na sociedade; 4) buscar no continente africano ligações de identidade negra brasileira e positivá-las; 5) pensar o rap e o Hip Hop como expressões resultantes da diáspora africana, bem como outras características da negritude brasileira; 6) conhecer e valorizar o protagonismo do povo negro com os estudantes; 7) educar para o combate do racismo e das práticas discriminatórias, em consonância com a Lei 10.639/03, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. O referencial teórico utilizado contemplou o conceito de Quilombo de Beatriz Nascimento (2016); o debate sobre feminismo negro e intersecção racial de Sueli Carneiro (2017); o conceito de Pretuguês, isto é, a africanização do português no Brasil, de Lelia Gonzalez (1988); o debate sobre relações étnico-raciais, ensino escolar e currículo de Nilma Lino Gomes (2017). Já a parte metodológica do trabalho se baseou na análise de atividades realizadas com uma turma de Ensino Médio, ao longo de alguns encontros em sala de aula, cuja produção envolvia o desenho de baobás pelos próprios estudantes.

A partir dos objetivos identificados em cada dissertação, aglutinamos as pesquisas encontradas em 5 grupos de categorias, conforme indicado na Tabela 2. Embora sejam 8 dissertações no total, alguns objetivos são similares em termos gerais.

**Tabela 2:** Objetivos das dissertações

IES	Objetivos
UEPG; UEL	Descobrir o que os alunos do ensino médio sabem sobre história e cultura afro-brasileira.

<b>UEPG; UFPR</b>	Investigar a aplicação da lei 10.639/03 em livros didáticos.
<b>UNIOESTE</b>	Compreender a manifestação do racismo na escola.
<b>UFPR; PUCRS</b>	Investigar a implementação da lei 10.639/03 na escola.
<b>UFRGS</b>	Problematizar a temática da diversidade étnico-racial através de uma pesquisa-ação.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A partir da análise das conclusões das dissertações, foi possível perceber que a aplicação de conteúdos antirracistas nas escolas têm promovido um pensamento histórico mais sofisticado e crítico entre os alunos, ainda que persistam visões estereotipadas sobre o continente africano. A formação contínua de professores revela-se como uma ferramenta essencial para combater estereótipos raciais ainda presentes nos livros didáticos, já que foram identificados preconceitos e ideologias que resultam, por exemplo, na sub-representação de personagens negros.

Tanto professores de instituições públicas quanto privadas concordam que há discriminação e exclusão de estudantes negros, manifestadas por meio de agressões físicas e verbais. A implementação da Lei 10.639/03 nas escolas já apresenta experiências exitosas e ações promissoras, que contribuem para a formação cidadã da comunidade escolar. Contudo, anos após a sua promulgação, a falta de formação e de recursos ainda representa um obstáculo para sua plena integração no currículo da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A música, especialmente o rap, demonstrou ser um recurso eficaz para o ensino das relações étnico-raciais, conectando o passado ao presente de forma significativa para os estudantes, conforme indicam os dados de uma pesquisa-ação.

### **Considerações finais**

Considerando as discussões levantadas em cada pesquisa, importa destacar a inexistência de teses sobre o tema publicadas na região sul, bem como a ausência de dissertações em Santa Catarina no período de 2014 a 2024. As dissertações analisadas apresentam objetivos variados, o que demonstra as inúmeras possibilidades de articular a diversidade étnico-racial e o Ensino Médio. De modo geral, se reconhece o avanço proporcionado pela Lei 10.639/03 no quesito educacional de alunos, professores e

material didático. Entretanto, constata-se a necessidade de investir em políticas educacionais que garantam um combate contundente ao racismo e maior efetivação da lei, devido à permanência de estereótipos, assim como casos de discriminação e violência.

A obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, estabelecida pela Lei 10.639/2003, representa um marco na construção de uma educação que valorize a diversidade étnico-racial e reconheça a contribuição das populações afrodescendentes para a sociedade brasileira. Esse avanço reflete as demandas históricas do Movimento Negro e responde à Constituição de 1988, que reconhece o Brasil como um país pluriétnico, com o compromisso de assegurar a igualdade e combater o preconceito. No entanto, ainda existem desafios significativos para que os conteúdos antirracistas se consolidem nas práticas pedagógicas de forma ampla e eficaz.

Para que a lei atinja seu potencial, é fundamental fortalecer a formação dos educadores, garantir recursos adequados e promover materiais didáticos que valorizem a representação étnico-racial de maneira justa e completa. Recursos culturais como a música – especialmente o rap – têm se mostrado poderosos ao conectar o presente com a trajetória histórica do país, permitindo aos estudantes compreender as relações étnico-raciais de forma significativa. Assegurar a plena implementação da Lei 10.639/2003 é um passo essencial para uma educação democrática antirracista, capaz de promover uma sociedade mais humana e engajada no combate ao racismo.

## Referências

AZARIAS, Clodoaldo Reis. **Discriminação e exclusão racial envolvendo estudantes negros: compreensão de professores de colégio público e privado**. Dissertação (Mestrado Acadêmico, Campus de Foz do Iguaçu) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Ensino, 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm). Acesso em: 10/09/2024.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 17 abr. 2004. Disponível em: <https://editalequidaderacial.ceert.org.br/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 20 set. 2024.

CARLOS, Maristela. **A equipe multidisciplinar do colégio estadual Tatuquara: uma análise em políticas públicas e relações étnico-raciais**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia em Rede Nacional. Curitiba, 2022.

CARNEIRO, S. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

DAMBRÓS, Lilian Paula. **Construção das identidades sociais de raça com intersecção de classe nos livros didáticos de inglês do ensino médio aprovados pelos PNLDs 2012 e 2015**. 2016. 164 f. Dissertação (Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade - Área de Concentração: Linguagem, Identidade e Subjetividade) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016. Orientadora: Profª Drª Aparecida de Jesus Ferreira.

GAMA, Eloá Lamin da. **“Tudo que eu achava era uma coisa, na verdade era algo muito mais complexo”**: o ensino de História, a Lei 10.639/03 e a formação do pensamento histórico dos jovens estudantes. 2021. 295 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

GARCIA, Sarah Pimentel Palacio. **Relações étnico-raciais na Abya Yala / Améfrica Ladina: análise dialógica de um livro didático de espanhol para ensino médio**. 2021. ? p. Dissertação (Mestrado em Letras) - Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, 2005. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wpcontent/uploads/2017/03/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobreRela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 12/11/2024

GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr., 2012b.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JANZ, Rubia Caroline. **Lei 10.639/03: o que os alunos do 1º ano do ensino médio sabem sobre a história africana e afro-brasileira?** 2016. 215 f. Dissertação (Mestrado em História, Cultura e Identidades) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

MONTEMEZZO, Laura Ferrari. **Um galho na árvore da música negra: movimento hip-hop e rap no ensino de história e nas relações étnico-raciais da educação básica**. 121f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História). Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 18. ed. Brasília: Editora Brasiliense, 1981.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ROSA, Alan Barcellos da. **Currículo e identidades étnico-raciais: desafios na implementação da Lei 10.639/03 no ensino médio da EJA em Alvorada/RS**. 2017. 197f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SOUZA, Iêda Leal de; OLIVEIRA, Luís Cláudio de. LDB x Lei nº 10.639, de 2003: E o racismo com isso? **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 19, p. 453-464, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 09 set. 2024.

**Submissão:** 20/02/2025. **Aprovação:** 25/09/2025. **Publicação:** 15/12/2025.